

MANUAL DO ALUNO

DISCIPLINA OPERAÇÕES E TÉCNICAS DE TURISMO

Módulo 5

República Democrática de Timor-Leste
Ministério da Educação



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

MANUAL DO ALUNO - DISCIPLINA DE OPERAÇÕES E TÉCNICAS DE TURISMO
Módulo 5

AUTORA

CHRISTINE CABASSET

COLABORAÇÃO DAS EQUIPAS TÉCNICAS TIMORENSES DA DISCIPLINA

COLABORAÇÃO TÉCNICA NA REVISÃO



DESIGN E PAGINAÇÃO

UNDESIGN - JOAO PAULO VILHENA
EVOLUA.PT

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Serviço do Centro de Impressão do Ministério da Educação

ISBN

978 - 989 - 753 - 047 - 0

TIRAGEM

240 EXEMPLARES

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE TIMOR-LESTE
2013



Índice

Desenvolvimento Sustentável e Turismo.....	5
Apresentação.....	6
Objetivos de aprendizagem.....	6
Âmbito de conteúdos.....	6
1. O Desenvolvimento sustentável: um desafio global e local.....	8
1.1. O conceito, principais fatores, noções de “mudanças climáticas” e “desafios globais e locais”.....	8
Exercício 1.....	13
1.2. Principais princípios e critérios do desenvolvimento sustentável.....	17
1.3. Exemplos de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável: “Cidades sustentáveis”.....	18
Exercício 2.....	23
2. Desenvolvimento sustentável e Turismo.....	24
2.1. Identificação dos principais princípios e critérios do Desenvolvimento sustentável aplicáveis ao setor do Turismo, a partir de um estudo de caso.....	24
2.1.1. Turismo e meio ambiente: a importância do planeamento.....	27
2.1.2. Água & poluentes.....	31
2.1.3. Energia.....	33
2.1.5. Processos participativos/participação/consulta de todos os atores, incluindo as populações.....	36
2.1.6. Valorização dos produtos locais e produtos biológicos.....	39
2.1.7. Outros, incluindo a corrupção.....	41
Exercício 3.....	42
2.2. Balanço entre o “ideal” e o melhor que pode ser realizado.....	43
Exercício 4.....	43
Bibliografia.....	44







Ilha de Atauro © Christine Cabasset

Desenvolvimento Sustentável e Turismo

Módulo 5

Apresentação

O quinto Módulo da disciplina de Operações e Técnicas de Turismo tem como função dar conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável e sobre o seu papel no turismo. A evolução das atividades humanas e os desafios globais contemporâneos tornam cada vez mais importante a evolução do turismo num sentido de desenvolvimento sustentável: gastar menos recursos naturais como a água, recorrer mais as energias renováveis, usar menos produtos químicos e mais os “biológicos”, favorecer produtos agrícolas e artesanais locais, implementar as atividades/estruturas do turismo e de lazer que são relevantes com o meio local e em colaboração / participação com os atores nacionais e locais, exercer uma vigilância face à corrupção, etc., são alguns exemplos das novas exigências no setor do turismo.

Objetivos de aprendizagem

Com o Módulo 5, vamos aprender:

- A conhecer o conceito de “Desenvolvimento sustentável”, os fatores que conduziram a essa evolução, e a sua importância a nível global e local;
- A conhecer exemplos de aplicação do Desenvolvimento sustentável, hoje em dia, em diferentes setores (“Cidades sustentáveis”, por exemplo);
- A caracterizar as atividades turísticas e ver como podem ser melhoradas, no sentido de as tornar mais sustentáveis.

Âmbito de conteúdos

1. O Desenvolvimento sustentável: um desafio global e local

- 1.1. O conceito, principais fatores, noções de “mudanças climáticas” e “desafios globais e locais”
- 1.2. Principais princípios e critérios do Desenvolvimento sustentável
- 1.3. Exemplos, no mundo, de aplicação do Desenvolvimento sustentável: as “Cidades sustentáveis”

2. Desenvolvimento sustentável e Turismo



- 2.1. Identificação dos principais princípios e critérios do Desenvolvimento sustentável aplicáveis ao setor do Turismo, a partir de um estudo de caso
 - 2.1.1. Turismo e Meio Ambiente: a importância do planeamento
 - 2.1.2. Água & poluentes
 - 2.1.3. Energia
 - 2.1.4. Tratamento dos lixos
 - 2.1.5. Processos participativos/participação/consulta de todos os atores, incluindo as populações
 - 2.1.6. Valorização dos produtos locais
 - 2.1.7. Outros, incluindo a corrupção
- 2.2. Balanço entre o “ideal” e o melhor que pode ser realizado



1. O Desenvolvimento sustentável: um desafio global e local

Atualmente, em todo o mundo se fala de “desenvolvimento sustentável”. O conceito nasceu nos países do Norte (do hemisfério norte, os países considerados “desenvolvidos”) em reação aos abusos cometidos sobre o meio ambiente em nome do desenvolvimento, e está cada vez mais ligado às mudanças climáticas e à proteção da biodiversidade e das florestas. Pode dizer-se que o desenvolvimento sustentável envolve todos os setores da vida humana, como a educação ou a saúde, e visa modos de vida mais saudáveis. É claro que o conceito dificilmente significará a mesma coisa para os países mais ricos, “desenvolvidos”, e para os países do Sul (países emergentes e países “em desenvolvimento”): os primeiros consomem muito mais energia, e emitem mais poluição que os segundos e, quando há vontade política, têm recursos financeiros para orientar o desenvolvimento num sentido mais sustentável. Os países do Sul, entre os quais se encontram os países asiáticos, conhecem uma fase de desenvolvimento económico muito rápido, e alguns deles figuram, agora, entre os maiores consumidores de recursos naturais e emissores de poluição. Contudo, neste momento, parece ser mais difícil aos países do Norte, que atravessam uma crise económica desde 2008, avançar no processo de desenvolvimento sustentável. Mas o conceito tornou-se um desafio global e local para todos e vamos ver, a seguir, os seus princípios gerais.

1.1. O conceito, principais fatores, noções de “mudanças climáticas” e “desafios globais e locais”

O “**desenvolvimento sustentável**” designa um “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”. (Relatório “Brundtland”)

- Esta definição do desenvolvimento sustentável foi dada pela primeira vez, em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland, do nome do primeiro ministro da Noruega, nessa altura, Gro H. Brundtland, que presidia a Comissão).



Isto significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da Terra e preservando as espécies e os *habitats* naturais. Por outras palavras, quer dizer que o desenvolvimento económico tem de ser controlado, de maneira a explorar os recursos naturais sem ultrapassar os limites “sustentáveis”, para permitir às gerações futuras também terem recursos naturais suficientes para o seu próprio desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento sustentável emergiu no século XX:

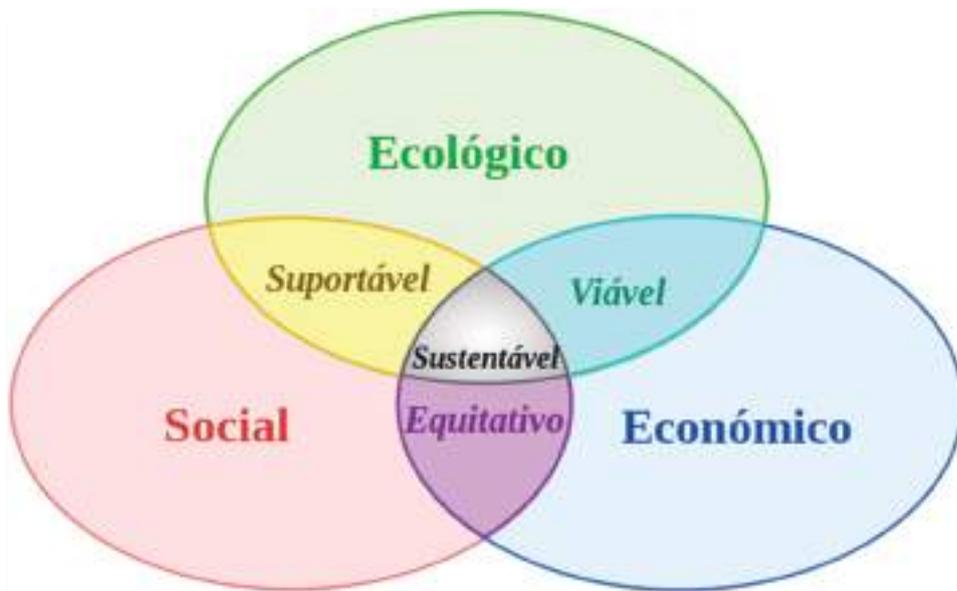
- No contexto dum **desenvolvimento económico rápido** e marcado pelo **aumento da poluição** (do ar, do mar, dos rios), pela **desflorestação** e pela **redução drástica da biodiversidade**, pelo **aumento dos desastres naturais e das indústrias**;
- No contexto do **crescimento rápido da população mundial** e das atividades humanas; segundo as Nações Unidas, a população mundial era de 1,5/1,7 mil milhões de habitantes, em 1900, e é superior a 7 mil milhões de habitantes, em 2012.
- No contexto de **mudanças climáticas** (ou “alterações climáticas”, ou “aquecimento climático”) de origem antrópica (ou “origem humana”) por concentrações crescentes de gases com efeito de estufa, como resultado de atividades humanas como a queima de combustíveis fósseis e a desflorestação. Hoje, há um consenso científico - baseado nos estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em Inglês)—sobre a ideia de que uma subida de 2°C do aquecimento global teria consequências irremediáveis para a vida humana. É por isso que, aos níveis internacional, nacional (países) e local, se tenta lutar contra o aumento das emissões de gases com efeito de estufa. Mesmo sem atingir esta subida de 2°C, o aquecimento climático já provoca alterações, como a subida do nível do mar e o recuo dos glaciares, *permafrost* e gelos marinhos; a frequência e a intensidade de eventos meteorológicos extremos (regiões cada vez mais quentes e secas ou, ao contrário, regiões com mais chuvas, inundações e tempestades); a extinção de espécies e variações na produção agrícola, etc. Como já vimos no módulo 3,



as zonas costeiras e as ilhas estão particularmente em perigo, especialmente as ilhas baixas (mais ou menos ao nível do mar) como as Maldivas ou as ilhas Salomão, que já estão a antecipar a subida do nível do mar e à procura de soluções de refúgio noutros lugares.

Face a estes desafios, o desenvolvimento sustentável propõe um novo modelo de desenvolvimento. Para agir de maneira sustentável, é preciso agir sobre os três pilares do desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade ambiental (o meio ambiente), a sustentabilidade económica e a sustentabilidade social.

Figura 1. Esquema representativo dos três pilares do desenvolvimento sustentável



Fonte: pt.wikipedia.org

O esquema acima, que representa os três pilares, significa que o desenvolvimento não pode assentar apenas no pilar social (o meio humano), ou só sobre a ecologia, ou só sobre a economia: um desenvolvimento “sustentável” tem de cuidar, **ao mesmo tempo**, dos três domínios, Social, Ecológico e Económico.



Relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento: agir localmente, pensar globalmente

Ao longo do século XX, e sobretudo desde a Segunda Guerra Mundial, tiveram lugar diferentes conferências internacionais sobre o desenvolvimento e o meio ambiente, mas a definição de desenvolvimento sustentável foi claramente afirmada, e constitui o ponto alto da Cimeira da Terra do Rio de Janeiro, em 1992, liderada pela ONU (Organização das Nações Unidas). A Cimeira da Terra de 1992 marcou a história, chamando a atenção para uma ideia nova nessa época: os problemas ambientais do planeta estão intimamente ligados às condições económicas e aos problemas de justiça social. Ficou demonstrado que se as populações são pobres e as economias nacionais são fracas, o meio ambiente sofre; se o meio ambiente é maltratado e os recursos são sobre consumidos, as populações sofrem e as economias declinam. A conferência também demonstrou que as ações ou decisões locais, mesmo que pequenas, boas ou más, têm repercussões cujo alcance pode ser mundial.

- **Ações ou decisões locais, consequências mundiais.** A poluição (do ar, do mar, dos rios, etc.) não está limitada por fronteiras de localidades ou de países. A poluição, o tráfego rodoviário, a deflorestação e os incêndios florestais, gerados por uma região ou país têm consequências a uma escala maior. Por exemplo, os países mais desenvolvidos emitem mais gases com efeito de estufa e o seu impacto afeta o planeta, incluindo países que emitem poucos gases com efeito de estufa. É por isso que falamos de desafio local e de desafio mundial, estando ambos ligados. É interessante saber que, hoje, a Ásia é a região do mundo que emite mais toneladas de poluição (a China é o país mais poluente do mundo, em volume total), mas em termos de poluição *per capita* (por habitante) ainda são os países desenvolvidos os maiores emissores (como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, etc.).

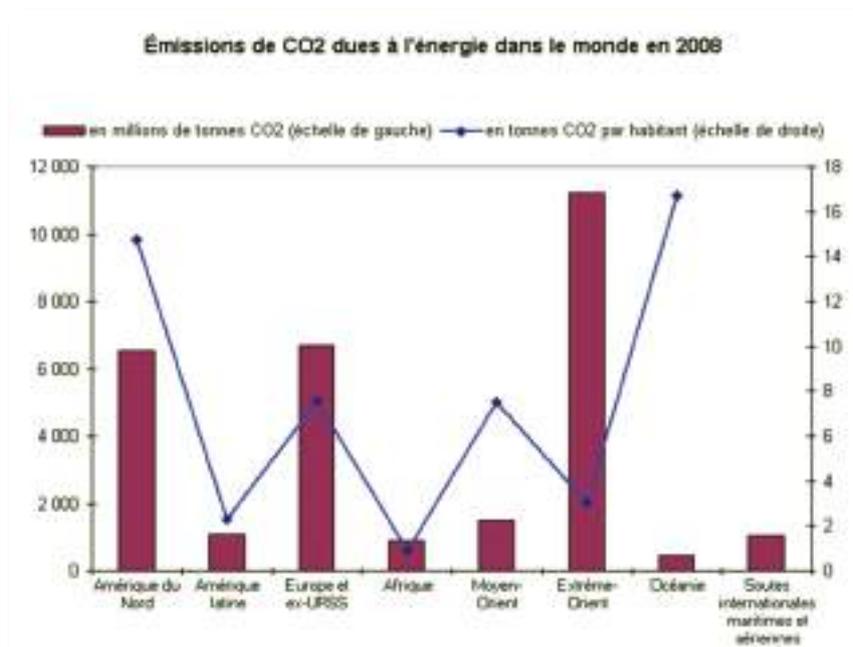


Figura 2. Países e emissões de dióxido de carbono, em milhares de toneladas por ano, provocadas pela utilização de combustíveis fósseis (estando os maiores emissores representados a azul) (2007)



Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Countries_by_carbon_dioxide_emissions_world_map_deobfuscated.png

Figura 3. Emissões de CO2* no mundo, por grandes regiões, em milhões de toneladas (a violeta, escala de referência à esquerda), e em toneladas por habitante (a azul, escala de referência à direita)



* Emissões resultantes da combustão de energias fósseis em utilização final (transportes, aquecimento) ou, por exemplo, para produzir eletricidade ou refinar óleos.

Fonte: www.insee.fr (2011), segundo a Agência Internacional da Energia (original em Francês)



Exercício 1

Copie e responde, no caderno de trabalho, às seguintes questões:

1. Qual é a definição de “desenvolvimento sustentável”? E o que é que significa?
2. Por que é que este conceito emergiu no século XX?
3. Quais são os três pilares do desenvolvimento sustentável?
4. A figura 3 representa um fenómeno, medido de duas perspetivas diferentes, por grandes regiões do mundo: de que fenómeno se trata e quais são as duas perspetivas? Analisa e descreve a figura 3, especialmente a situação do Extremo Oriente (a figura 2 pode ajudar na análise).

As resoluções mais importantes decididas pelos países membros da ONU, durante a Cimeira da Terra ou ligadas a esta Cimeira, foram:

- **Agenda 21**, que é um plano global de ação a ser implementado a nível global, nacional e local, por organizações das Nações Unidas, governos, e grupos locais, nas diversas áreas onde se verificam impactos significativos sobre o ambiente. Em termos práticos, é a mais ambiciosa e abrangente tentativa de criação de um novo padrão para o desenvolvimento do século XXI, tendo por base o conceito de desenvolvimento sustentável. Os domínios de aplicação vão desde novos métodos de ensino, a novas maneiras de salvaguardar os recursos naturais e a novos meios de participar numa economia sustentável. Também existem Agendas 21 locais, através das quais as entidades nacionais (e locais) se envolvem com a comunidade civil na elaboração de estratégias conjuntas, e com planos de ação que visam melhorar a qualidade de vida a nível local. Têm como objetivo aplicar as recomendações da Agenda 21 ao nível local, envolvendo as entidades governamentais locais, o setor empresarial e industrial e a sociedade civil.
- **As Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDM)** surgem da Declaração do Milénio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados-membros, no dia 8 de setembro de 2000. Timor-Leste adotou os MDM em 2002, após a restauração



da independência. O programa é liderado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A declaração implica uma série de compromissos concretos relativos ao meio-ambiente, à educação, à saúde, aos direitos das mulheres, ao desenvolvimento social, à redução da pobreza, etc. Esses compromissos, formulados sob a forma de objetivos a atingir com prazos fixados e segundo indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século. Estes projetos são monitorizados em referência ao Índice de Desenvolvimento Humano, que é uma medida comparativa que engloba três dimensões: a riqueza, a educação e a esperança média de vida.

- Por exemplo, o objetivo 1 das MDM é “erradicar a pobreza extrema e a fome”, até 2015; o objetivo 2 visa a educação primária universal para todos os alunos em idade escolar, até 2015; um dos pontos do objetivo 7, “garantir a sustentabilidade ambiental”, é reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso permanente a água potável, outro ponto deste objetivo visa a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países para, assim, “inverter a actual tendência para a perda dos recursos ambientais”.
- **A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas**, que consiste num acordo com o objetivo final de estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera num nível que evite mudanças climáticas (especialmente o aquecimento global) demasiado acentuadas.
- **A Convenção sobre a diversidade biológica**, que representa um passo importante na proteção da diversidade biológica, na utilização durável dos seus componentes e na partilha justa das vantagens da utilização dos recursos genéticos.
- **A Declaração sobre os princípios da gestão das florestas**, que consiste num conjunto de 15 princípios para a proteção e a utilização sustentável dos recursos florestais globais. Estes princípios são muito importantes na medida em que representam o primeiro grande consenso internacional sobre a utilização e a melhor proteção de todos os tipos de florestas.



Figura 4. As florestas têm um papel muito importante como pulmões da Terra.

Imagem da região de Ainaro.



© Joana Alves

Figura 5. No Parque nacional das Aves, rio Senegal.



© Christine Cabasset

Em resumo, todos os programas que participam no desenvolvimento sustentável visam a melhoria das condições de vida das populações, por exemplo, assegurando o seu acesso aos serviços básicos, e salvaguardando e melhorando a sua qualidade de vida. Como o desenvolvimento sustentável implica todos os setores, integrar estas preocupações é uma maneira de procurar melhorar o funcionamento das instituições e a qualidade da sua ação.

Figura 6. Ritual Dada Ro que celebra a construção dos barcos, essenciais na vida dos pescadores, em Makili, na Ilha de Ataúro (Timor-Leste)



© Christine Cabasset



Mas a nível mundial, especialmente face à degradação do meio ambiente e ao desafio da mudança climática, o caminho ainda é longo.

“Rio + 20”, 20-22 de junho de 2012: o alerta da ONU sobre o estado do planeta, vinte anos depois da Cimeira da Terra de 1992

Vinte anos depois da Cimeira do Rio, a ONU organizou, no Rio de Janeiro, outro grande encontro sobre o desenvolvimento sustentável. Os relatórios dos peritos internacionais mostraram que muito poucos progressos foram feitos nos últimos 20 anos. A Agência do Ambiente das Nações Unidas alertou para o facto de o mundo continuar a caminhar mais velozmente para uma situação insustentável, apesar das centenas de objetivos internacionalmente aceites para proteger o planeta. A agência mostrou que, dos 90 objetivos ambientais mais importantes:

- Só em quatro objetivos foram realizados progressos significativos: eliminação da produção e da utilização de substâncias que destroem a camada de ozono, não utilização de chumbo na gasolina, melhoria no acesso ao fornecimento de água e aumento da investigação para reduzir a poluição no meio ambiente marítimo;
- Foram feitos alguns progressos em 40 objetivos, incluindo esforços para reduzir a desflorestação;
- Houve pequenos progressos ou nenhuns no que diz respeito a 24 objetivos relativos, nomeadamente, às alterações climáticas, à desertificação e à seca;
- Não houve evolução negativa nem mesmo deterioração da situação no que diz respeito a oito objetivos, como o estado dos recifes de coral pelo mundo.

A conferência serviu para lembrar aos líderes internacionais que é urgentemente necessária uma transição decisiva e definitiva em direção a uma economia verde, com baixo nível de CO₂, eficiente na gestão dos recursos e criadora de emprego.

Fonte: Notícia “Despite agreed environmental goals, world still on unsustainable path - UN”, no *website* da Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável Rio + 20 (*United Nations Conference on Sustainable Development: www.uncsd2012.org*)
(traduzido pela autora)



1.2. Principais princípios e critérios do desenvolvimento sustentável

Como foi recordado acima, o “desenvolvimento sustentável” toca todos os setores da vida e da atividade humana. Para facilitar a compreensão, vamos dar aqui exemplos de princípios, critérios e indicadores do Desenvolvimento sustentável:

- Os **princípios** são os assuntos/temas/domínios que parecem mais importantes para o desenvolvimento sustentável e sobre os quais as ações vão concentrar-se. Cada organização, empresa, localidade, cidade, distrito, região, país, etc. pode escolher os princípios mais adequados, de acordo com as especificidades do seu meio ambiente.
- Os **critérios** são os elementos de referência utilizados para analisar, julgar e medir o progresso dos princípios escolhidos. Como os princípios, os critérios têm de ser adaptados ao contexto e à especificidade do meio.
- Os **indicadores** são elementos concretos que servem para medir a evolução e os progressos. Os elementos principais são: *data* (dados) de referência (por exemplo, os dados de 2015 comparativamente aos dados de 2000), e objetivos estatísticos (em números brutos ou em percentagem).

Já vimos, acima, os principais princípios do desenvolvimento sustentável. São, geralmente, agrupados nos seguintes tópicos:

- Alterações climáticas e energia limpa;
- Transporte sustentável;
- Consumo e produção sustentáveis;
- Conservação e gestão dos recursos naturais;
- Saúde pública;
- Inclusão social, demografia e migração;
- Pobreza no mundo



1.3. Exemplos de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável: “Cidades sustentáveis”

Através de políticas iniciadas no quadro da Agenda 21, muitos territórios fazem esforços em direção ao desenvolvimento sustentável. Vamos ver aqui o caso das aglomerações urbanas. Os territórios urbanos têm um papel particularmente importante devido à sua concentração populacional e ao facto de, muitas vezes, concentrarem a grande maioria dos habitantes. A nível mundial, hoje (em 2012), mais de 50% da população vive em zonas urbanas (com grandes contrastes entre as grandes regiões: na África, 39%; na Ásia, 45%; na Europa, 73%; na América Latina e nas Caraíbas, 79%; na América do Norte, 82%, etc.). Em Timor-Leste, segundo o Censo 2010, 30% da população total vive em zonas urbanas, sobretudo em Díli.

A tendência é para o crescimento da população urbana. Por isso, agir sobre as aglomerações urbanas é agir sobre os territórios mais populosos e que são confrontados com desafios cruciais em termos de controlo da poluição, de bem-estar das populações, de acesso aos serviços básicos (água, educação, alojamento), de proteção das zonas não construídas e naturais, etc. É útil aqui lembrar que a grande maioria das cidades está localizada na proximidade das costas, fazendo dos litorais as zonas com mais pressões humanas.

Vamos ver aqui os principais eixos de ações.

O planeamento do território

- Controlo da expansão espacial para limitar o tempo gasto em transportes e, assim, reduzir a poluição, e para travar a redução das áreas das terras agrícolas e das zonas naturais;
- Concentração urbana: densificar as atividades económicas, os alojamentos, os transportes e outros serviços urbanos nas zonas mais populosas, para fixar os habitantes já existentes e atrair novos (evitando a expansão espacial);
- Salvar, proteger e favorecer as zonas não construídas, as zonas agrícolas, as zonas verdes (parques, florestas, zonas naturais perto dos rios, das lagoas ou das costas, por exemplo); criar espaços públicos e facilitar o acesso a essas zonas não construídas;



- Reduzir as desigualdades territoriais entre zonas bem servidas de transportes, escolas, atividades económicas, infraestruturas ligadas à cultura (museus, exposições, eventos culturais) e outras zonas deficitárias em serviços e qualidade de vida;

Política de alojamento

- Construir e favorecer a construção de alojamentos para categorias de população diferentes, com recursos económicos e necessidades diferentes, e favorecer a mistura social e geracional;
- Construir e favorecer a construção de alojamentos com eficiência energética. Por exemplo, na Europa, o aquecimento urbano, quer coletivo quer individual, dos alojamentos, durante o inverno, que pode ser muito frio, representa uma parte importante das despesas dos habitantes e das emissões de gases com efeito de estufa. Na França, por exemplo, todos os edifícios novos têm de ser construídos segundo uma norma de alta qualidade ambiental - norma HQE - (que os obriga a gastar menos recursos naturais, como a energia, a água, etc.), e todos os apartamentos antigos que são postos à venda têm de ter um diagnóstico energético que indica o seu grau de eficiência energética. Assim, o comprador pode comparar os apartamentos ou as casas, tendo em conta a sua eficiência energética, e fazer uma escolha definitiva consciente do custo total do imóvel, que inclui a previsão das despesas ligadas ao aquecimento, durante o inverno. Nas zonas tropicais, são os sistemas de ar condicionado que constituem a principal fonte de consumo elétrico e de emissão de gases com efeito de estufa;
- Construir e favorecer a construção de alojamentos baseados, em parte ou na totalidade, na utilização de energias renováveis (solar, eólica, hidráulica);

Política de transporte

- Limitar ou reduzir a quantidade de veículos privados no tráfico rodoviário, controlando, assim, uma das fontes principais de poluição;
- Desenvolver e encorajar o uso dos transportes coletivos, como autocarros, *mikroletes*, barcos marítimos e fluviais, pois os transportes coletivos poluem



menos *per capita* que os veículos privados, utilizados, muitas vezes, apenas por uma ou duas pessoas;

- Privilegiar os transportes coletivos, criando vias de circulação reservadas para estes transportes, a par das vias de circulação utilizadas por todos os outros veículos;
- Encorajar a utilização de meios de transportes motorizados menos poluentes (veículos com dispositivos de controlo dos níveis de poluição);
- Desenvolver e encorajar a utilização de transportes não poluentes, criando vias específicas para a marcha a pé e para as bicicletas;
 - Neste domínio, como nos outros, é o equilíbrio entre os diferentes meios de transporte que é procurado. A oferta de alternativas ao carro, com transportes coletivos e transportes não motorizados (a pé, bicicleta, etc.) tem por objetivo reduzir os fluxos automóveis e os congestionamentos, e reduzir o tempo perdido nos transportes e a poluição daí resultante. Também permite planear cidades mais agradáveis.

Atividades económicas

- Encorajar a implementação de empresas “limpas” que respeitem o plano de ordenamento do território, sendo construídas em zonas autorizadas e não em zonas “verdes”, por exemplo, e usem técnicas para evitar a poluição do ar, do solo, da água, e que respeitem as normas nacionais e locais de construção (altura dos edifícios, fundações antissísmicas, a distância do mar, etc.) e de segurança (com controlo da qualidade dos edifícios e dos materiais), e o enquadramento legal (leis e regulamentos) ambiental e social nacional e regional;

O que é interessante é que os esforços feitos no quadro do desenvolvimento sustentável não só visam a melhoria das condições de vida dos habitantes e das pessoas que trabalham, mas também servem para os turistas. As cidades mais saudáveis, mais agradáveis, com mais espaços públicos, parques, transportes coletivos, com vias para andar a pé ou de bicicleta, equipadas com edifícios e infraestruturas de qualidade e seguros, são cidades que vão atrair novos habitantes e mais turistas. É por isso que hoje as aglomerações cuidam cada vez mais da qualidade da paisagem urbana (vamos ver isso no Módulo 7).



Figura 7: Centro histórico de Toulouse (França).

Um património histórico rico e preservado, meios de transporte diversificados e menos poluentes (autocarro) e vias reservadas aos transportes não poluentes (marcha a pé, bicicleta).



Figura 8. Berlim (Alemanha), transporte fluvial no centro histórico.



Figura 9. Berlim (Alemanha), transporte urbano eléctrico (tramway) no centro da cidade.

Três fotos © Christine Cabasset





Figura 10. Hong Kong, caixote de lixo para reciclagem de papel, de latas e de garrafas de plástico.

© Carlos Semedo

Figura 11. Kuala Lumpur (Malásia), parque urbano no centro de negócios (CBD - Central Business District, em Inglês)



© Christine Cabasset

Figura 12. Informação sobre áreas protegidas no Mundo Perdido (distritos de Baucau e Viqueque, Timor-Leste).



© Christine Cabasset

Figura 13. Díli (Timor-Leste), via reservada a transportes não motorizados: marcha, corrida, bicicleta



© Christine Cabasset



Exercício 2

Responda à seguinte questão e comente as fotografias.

1. Quais são os principais eixos de ação das políticas de cidades sustentáveis?
2. Das figuras 7 a 13, escolha duas e explique por que ilustram o desenvolvimento sustentável.



2. Desenvolvimento sustentável e Turismo

2.1. Identificação dos principais princípios e critérios do Desenvolvimento sustentável aplicáveis ao setor do Turismo, a partir de um estudo de caso

O desenvolvimento sustentável e o turismo estão muito ligados porque o turismo envolve muitos setores - infraestruturas e alojamentos, agricultura, recursos naturais/meio ambiente, recursos humanos, património, animações, etc. - e criar condições para um turismo sustentável é criar condições para um desenvolvimento sustentável.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, o turismo sustentável é um «turismo que toma plenamente em consideração os seus atuais e futuros impactos económicos, sociais e ambientais, abordando as necessidades dos visitantes, a indústria, o meio ambiente e as comunidades de acolhimento».

Definição conceptual segundo a OMT

“As linhas orientadoras e as práticas de gerência do desenvolvimento do turismo sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destino, incluindo o turismo de massas e vários segmentos do turismo, que constituem nichos turísticos. Os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspetos ambientais, económicos e socioculturais do desenvolvimento do turismo, e um equilíbrio conveniente deve ser estabelecido entre essas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo”.

Fonte: www.unwto.org (tradução da autora)

No sentido de um turismo sustentável, são feitos esforços principalmente para reduzir o consumo dos recursos naturais e proteger a qualidade do meio ambiente como o primeiro recurso turístico. Neste âmbito, foram estabelecidas normas de gestão ambiental,



certificadas (e controladas) por um organismo independente e reconhecido oficialmente. É o caso da norma internacional ISO 14001 baseada num sistema de gestão ambiental genérico para todos os setores económicos, ou o Ecolabel europeu (nos países europeus) com aplicação a muitos setores económicos, entre os quais o turismo (especialmente os alojamentos turísticos e campings), ou a certificação Green Globe para todas as atividades de turismo, como os alojamentos turísticos, a restauração, os spas, os parques de lazer, os sítios turísticos, os campos de golfe, as empresas de transportes, os centros de convenções e de congressos, as agências de viagens, os postos de turismo, etc.

Figura 14: Exemplos de critérios de desenvolvimento sustentável no turismo, segundo a Green Globe

	Crítérios de aplicação
Management do desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de <i>management</i> DD • Conformidade legal • Formação dos empregados • Satisfação dos clientes • Conceção e construção dos edifícios • Saúde e segurança
Social/Económico	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento da comunidade local • Empregos locais • Comércio justo • Apoio aos empresários locais • Respeito das comunidades locais • Proteção dos empregados
Herança cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Código de comportamento • Normas relativas ao comércio de objetos históricos e arqueológicos • Proteção dos espaços culturais • Promoção da cultura (arte, arquitetura, património cultural local)



Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Conservação dos recursos naturais• Política de compras de produtos mais “verdes” (menos poluentes), mais saudáveis, mais justos<ul style="list-style-type: none">• Consumo de energia• Consumo de água• Redução da poluição<ul style="list-style-type: none">• Gases com efeito de estufa• Águas residuais• Plano de gestão dos lixos• Substâncias nocivas• Conservação da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens<ul style="list-style-type: none">• Fauna e flora selvagens• Fauna selvagem em cativeiro• Planeamento paisagístico• Conservação da biodiversidade
----------------------	--

Fonte: www.greenglobe.com

Cada um dos critérios da tabela é acompanhado de indicadores precisos para controlar a evolução da situação e a eficiência das medidas tomadas no quadro do desenvolvimento sustentável.

Existem muitas outras normas, por exemplo, as que são específicas para os alojamentos turísticos rurais localizados nos parques nacionais ou em áreas protegidas, ou as que se aplicam a atividades de turismo de aventura, etc.

A seguir são detalhados alguns critérios essenciais.



2.1.1. Turismo e meio ambiente: a importância do planejamento

O setor do turismo é caracterizado por uma concentração crescente, quer económica—com a constituição de grandes grupos no domínio dos transportes aéreos, das viagens, da hotelaria, etc.—quer espacial—com a construção de hotéis e *resorts* cada vez maiores que aumentam a densidade da construção no litoral, com infraestruturas construídas demasiadamente próximas do mar ou em zonas de construção proibida, etc. Estas questões provocam problemas, nomeadamente nas regiões conhecidas por serem deficitárias em água, como é o caso do Mediterrâneo, ou em áreas insulares. Em muitos lugares, o desenvolvimento do turismo com *resorts* de grande escala foi acompanhado pela degradação das zonas litorais, a redução da biodiversidade e das florestas, etc. O tráfico rodoviário, com engarrafamentos frequentes, afeta particularmente os habitantes (duração das viagens em transportes urbanos, poluição, etc.). Paralelamente a esses problemas, um número cada vez maior de hotéis internacionais adotou políticas ambientais com o objetivo de reduzir os consumos (de energia, água, herbicidas, inseticidas, etc.), começar a fazer a triagem, a reciclagem e o tratamento dos lixos, líquidos ou sólidos, e recorrer a produtos ecológicos ou de origem biológica, etc. Algumas cadeias hoteleiras aproveitam os trabalhos de renovação ou novas construções para integrar as normas HQE e têm como objetivo obter certificados de gestão ambiental como o ISO 14001, Ecolabel europeu. Este tipo de iniciativas é recente, sobretudo em hotelaria, nos países ocidentais, e ainda é marginal nos países em desenvolvimento. Nos países ocidentais, as atividades e empresas económicas obedecem a muitas leis e regulamentos relativamente ao meio ambiente; em muitos países em desenvolvimento, este tipo de enquadramento legal ainda é fraco: os planos de ordenamento do território são inexistentes ou, mais frequentemente, não são respeitados.



Figura 15 e 16. Engarrafamento rodoviário em Díli e dificuldade dos peões na travessia das estradas



Duas fotos © Christine Cabasset

Em Timor-Leste, onde a atividade turística é muito recente, duas leis mostram a vontade do Governo de enquadrar legalmente as atividades económicas. O regulamento do Ministério da Agricultura e das Pescas de 26 de novembro de 2010 regula o desenvolvimento de atividades turísticas nas áreas protegidas e no parque nacional. O decreto-lei nº 5/2011 de 9 de fevereiro obriga todos os projetos de investimento de envergadura significativa à obtenção duma autorização ambiental, concedida depois de o projecto ser avaliado por uma comissão interministerial e de um estudo de impacto ambiental ou de um exame ambiental inicial e de um plano de gestão ambiental, segundo a natureza, a localização e a implantação espacial do projeto. A comissão de avaliação interministerial é composta por representantes dos Ministérios do Turismo, do Comércio e da Indústria, da Saúde, da Cultura, das Infraestruturas, e pelo menos dois peritos da área geográfica ou do setor de atividade respetivo. A novidade desta última lei explica o facto de este processo ainda ser pouco utilizado.

A fonte das informações sobre o enquadramento legal das empresas turísticas em Timor-Leste é o Diploma ministerial do Ministério da Agricultura e Pescas nº: 430/ 11/DM/XI/10 “Emprendimentu Turismo Natural iha Zona Utilizasaun Areas Protegidas no Parque Nacional”, *Jornal da República*, Série I, nº1 do 12 de janeiro de 2011; e a Publicação do anexo e republicação do Decreto-Lei N.º 5/2011 de 9 de fevereiro “Licenciamento Ambiental”, *Jornal da República*, Série I, nº7, do 23 de fevereiro de 2011.



Como noutras sociedades rurais do mundo, em Timor-Leste existe um sistema social tradicional que joga a favor da proteção ambiental: o tara bandu.

Figura 17. Extrato do artigo de Demetrio do Amaral de Carvalho e Jose Coreia, “Tara bandu nudar Matenek Ekologia Tradisional (Lokal)”, no livro editado por D. do Amaral de Carvalho, Matenek Lokal Timor Nian!, UNESCO, 2011, p. 57-59.

Perspektiva ne’ebe sai base ba aplikasaun Tara bandu

Komunidade sira ne’ebe partisipa iha diskusaun grupu ka iha entrevista sira hatudu sira nia hanoin oi-oin tanba saida mak sira halao *tara bandu* ne’e. Opniaun hirak ne’e bele konklui nudar perspektiva jeral husi comunidade nomos lia nain sira, hanesan tuir mai:

1. Bainhira ema presija hemu bee mos, presija bee ba uja lorloron nomos presija bee atu nafatin naksulik iha kdadalak sira make ma presija mos atu proteze, konserva no kuidadu ho abat laran no ai-horis sira ne’ebe kaer kalohan no udan ben atu nafatin bele hatun bee ba rai laran ka bee matan sira. Perspektiva ne’e iha dimensaun ***protesaun no konsersasaun bee (water protection and conservation principle)***. Baseia ba perspektiva ne’e, mak de Carvalho, 2005 desenvolve metodu ba Haburas Foundation nia aprosimasaun hodi halo integrasaun konsersasaun ekologiku ho knar ba buka moris (*livelihoods*).
2. Bainhira ema halo to’os iha rai tuan ida, mak iha tempu balun nia laran, iha tinan rua ka tolu nia laran, rai ne’e presija deskansa atu habokur fail nia-an nomos dada fail buat moris seluk ne’ebe bele hariku rai ne’e futuru (hare: de Carvalho, 2009). Perspektiva ne’e iha dimensaun ekologiku kona ba jestaun rai sustentavel no konsersasaun rai (*sustainable land and land conservation principles*). Nune’e mos iha influencia husi ***prinsipio konsersasaun biodiversidade (biodiversity conservation principle)***;



3. Bainhira to'os ida halo besik rai tuan ida, mak iha tempu balun balada fuik balun nia populasaun mos bele aumenta. Balada fuik sira hanesan rusa, fahi fuik, laku, meda, laho (hanesan iha kaju Maliana nian) comunidade sira sei halao prosesu hodi hatun bandu no kasa balada fuik sira ne'e. Iha kaju Maliana nian halo mobilizasaun ba comunidade hodi kasa laho, bolu ho seremonia plegou. Hatun bandu ba kasa ne'e baseia ba perpektiva hodi matein ***prinsipio balanso ekologiku (ecological balance principle)***.
4. Komunitade local sira iha fiar katak abat laran ida, maske iha nia nain rasik, maibe abat laran ne'e rasik presija hafahe ho comunidade seluk. Tanba nune mak presija halao bandu (tara netik horok) ruma ka iha mekanismo ne'ebe luan liu hanaran ho *kdesi badu (tara bandu)* atu nune'e ai-horis ne'ebe fo fuan bele iha tempu naton to'o tasak ka preparadu atu comunidade sira bele uja. Bainhira ai-fuan hirak ne'e tasak ona mak *kasu badu*-tokodeden ka hatun bandu, hodi comunidade sira bele halao koileta lai. Mekanismo ne'e rasik mai husi perspektiva no prinsipio ***etika ekologia*** ne'ebe comunidade sira pratika, katak rekursu ekologiku ne'e iha mos nia funsaun social (hare: Keraf, 2002 nomos de Carvalho, 2003). Mekanismo ne'e rasik hametin saida mak Veira (2003) deskreve iha White paper ba Desenvolventu sustentavel nudar ***prinsipio ekuitidade ekologiku entre jersaun***.
5. Bainhira bandu halao konserva rai-tuan ida ka ai-laran tuan ida tanba nia siknifikasaun ekologiku importante, exemplo habandu netik ema labele eksploita mohu hotu ai-kameli (*Santalum album*), ai-ru (*Eucalyptus globules*), kanela (*Cinnamomum burmani*) bambu (*Bambusa sp*), boro (*Pandanus sp*), kear (*Canarium commune / C. Avenue*), no ai-horis seluk ne'ebe iha nia valor social ka ekonomia propio ba comunidade, tanba sira uja ba konstrui uma lulik, no uju ba necessidade seluk. Perspektiva ne'e baseia ba prinsipio uja sustentavel rekursu natural sira (***ecological sustainability***). Prinsipio ida ne'e mos hapar ho prinsipio desenvolvimento sustentavel hanesan deskreve iha konvensaun Rio de Janeiro, liu-liu kona ba prinsipio ekuitidade entre no intra jersaun ka inter and ***intra generational equity principle***.



6. Komunitade balun halao *tara bandu* hodi habandu ema la bele estraga ambiente, hanesan ema labele sunu rai, labele tesi ai, labele husik animal arbiru deit, labele soe foer arbiru deit no seluk. Mekanismo ne'e baseia ba prinsipio katak bainhira ita nia natureza naksobuk mak moris nia kualidade sei tun no bele fo risku ba buat horis (*biotic element*) seluk. Mekanismo ne'e aplika prinsipio lubuk ida hanesan: *no harm to environment* nomos polluter pay principle. Mekanismo ne'e mos influenza husi perspektiva katak estragus ba ambiente nudar ***krime ekologi*** (*ecological crime*) serisu ne'ebe fo risku ba ema nia moris no estraga balansu ekologi. Baseia ba perspektiva ne'e mak Yoder, 2007, konklui katak maske ho influenza bo'ot sira iha pasadu no husi lei Indonesia nian, ema Oecusse sira nafatin hare katak estragus ba ambiente ne'ebe hamosu husi ema ruma, inklu pratika sira kontra ***bunuk*** ka ***kerok***, nudar krime ida.

Porque as pressões demográficas sobre os recursos naturais são hoje superiores ao que foram antes, porque as comunidades esqueceram regras do *tara bandu*, porque os saberes locais têm que ser explorados conjuntamente com conhecimentos e técnicas modernas (sobre o equilíbrio alimentar, a proteção dos recursos do mar ou das florestas, por exemplo), os esforços do governo e das ONG visam a formação das comunidades sobre o *tara bandu*, nas condições locais atuais.

2.1.2. Água & poluentes

O turismo precisa de água em grande quantidade, especialmente nos hotéis internacionais: para as piscinas, para as casas de banhos (WC, duche, banho), para manter e regar as plantas dos jardins ou os campos de golf e para as lavandarias, onde são lavadas as roupas dos clientes, as toalhas de banho e as de mesa, os lençóis, etc. A nível individual, está provado que as pessoas de férias consomem mais água que os habitantes. Muitos hotéis iniciaram uma política de gestão ambiental e, neste âmbito, fazem esforços para reduzir o consumo de água. Enquanto, tradicionalmente, lençóis e toalhas de banho eram lavados todos os dias, agora os hotéis pedem aos clientes para dizerem se querem lavá-los ou não. Outros exemplos: o uso de novas técnicas que permitem filtrar a água das piscinas



evitando a sua troca frequente, as águas usadas das casas de banho são reutilizadas para regar as plantas, a água da chuva é recolhida para regar ou para lavar a loiça, etc.

O tema da água também é essencial em termos de recursos turísticos: águas marítimas e águas fluviais constituem fatores de atração para os turistas. A sua qualidade é importante. Existem iniciativas e certificações para controlar a qualidade destas águas e garantir aos turistas que o mar ou o rio não está poluído e que podem banhar-se. Equipar as cidades e os *resorts* de redes de saneamento é uma das medidas importantes para evitar que águas sujas desaguem diretamente no mar e reduzir os riscos de poluição. Muitas vezes, as medidas favoráveis à qualidade das águas são da responsabilidade da administração das aldeias, das cidades ou das regiões turísticas. Procurando manter ou favorecer um ambiente saudável, os hotéis também iniciaram uma política de redução do uso de produtos químicos poluentes no funcionamento da sua estrutura, como os inseticidas, os detergentes, os fertilizantes, etc.

- A política ambiental adotada pelos hotéis e outros alojamentos turísticos, conjuntamente com a das administrações nacionais e locais, é importante;
- A informação prestada aos turistas sobre a economia dos recursos naturais, como a água, também desempenha um papel importante. Muitas vezes esta informação é escrita, sob a forma de painéis de informação, na receção do hotel ou nos quartos.

Figura 18. Deve evitar-se poluir com lixos sólidos e líquidos, especialmente resíduos químicos, os canais de drenagem para, assim, evitar poluir o mar e limitar os riscos de malária.



Díli (Timor-Leste) © Christine Cabasset



Figuras 19 e 20. Deve tratar-se da poluição para manter as águas (dos rios e do mar) limpas e saudáveis, como fonte de recursos alimentares das populações, como meio de vida e como atração turística.



Areia Branca, Díli (Timor-Leste)

© Christine Cabasset



Ilha de Atauro (Timor-Leste)

© Christine Cabasset

2.1.3. Energia

Além da água, o turismo necessita de energia: precisa de eletricidade para a iluminação e para os equipamentos elétricos, precisa de petróleo para os transportes, incluindo transportes aéreos para se chegar até ao destino, etc. No setor dos transportes, foram feitos progressos técnicos para reduzir o consumo de petróleo, e a consequente emissão de gases com efeito de estufa, quer dos aviões, quer dos veículos terrestres. Mas o aumento significativo dos veículos de transporte explica a dificuldade de reduzir este



consumo e estas emissões. Já vimos os esforços feitos para desenvolver outros meios de transporte, menos ou não poluentes.

No domínio do consumo elétrico, hotéis de nível internacional que iniciaram uma política ambiental, adotaram técnicas para reduzir o consumo. O principal avanço neste domínio é o sistema automático que apaga a luz quando os clientes saem do quarto: assim, se, por acaso, antes de sair, se esqueceram de desligar a luz ou o ar condicionado, todo o sistema elétrico é desligado automaticamente e não há consumo quando o quarto está vazio. Uma outra medida importante nos hotéis é a substituição das lâmpadas comuns por lâmpadas mais eficientes, que iluminam o mesmo mas consomem menos energia (lâmpadas de baixo consumo); outra medida é o funcionamento de aparelhos automáticos para regar os jardins durante a noite, à hora de consumo elétrico geral mais baixo. Também há hotéis que implementaram uma política de energia renovável parcial –por exemplo, 20% da energia total do hotel provém duma fonte de energia renovável –ou total. Esta política depende do tamanho do hotel, porque ainda é tecnicamente difícil assegurar todo o consumo elétrico dum grande hotel com energias renováveis, e também do custo do petróleo. As energias renováveis são mais económicas a longo prazo, mas mais caras no que se refere ao investimento inicial que implicam. Nos países produtores de petróleo, continua a ser esta a fonte de energia mais frequentemente utilizada.

Figura 21. Casa tradicional com painel solar.



Região de Ainaro (Timor-Leste) © Joana Alves



Figura 22. Escola com painéis solares.



Em Makili, Ataúro (Timor-Leste) © Christine Cabasset

2.1.4. Tratamento dos lixos

O tratamento dos lixos constitui um aspeto importante do turismo sustentável. Nas cidades, por exemplo, mais gente está concentrada no mesmo espaço e mais lixo é produzido. Falamos de lixos líquidos para designar águas sujas de origem doméstica, ou de origem artesanal ou industrial, resultando de produtos químicos, e de lixos sólidos, para designar matéria vegetal, papel, plástico, metal, etc. Nas zonas turísticas, a questão do tratamento dos lixos é ainda mais relevante porque ali se concentra não só um grande número de turistas, mas também de habitantes e, por vezes, apenas durante alguns períodos do ano. O custo de estabelecimento dum processo de recolha de lixos e de unidades de tratamento pode ficar caro; é um problema nos destinos turísticos dos países do Norte, mas nos países do Sul, entre os quais os destinos tropicais, muitas vezes a questão dos lixos não está resolvida: os poderes públicos não têm dinheiro ou não querem mobilizar dinheiro para tratar os lixos, deixando-os ficar na rua. Além do problema de saúde pública que pode ser gerado pela degradação dos lixos na rua, isto constitui um problema para os turistas que ficam com uma má impressão do destino turístico em questão, por ser sujo: a maioria deles vem de cidades modernas e limpas, onde a recolha dos lixos já é bem organizada, com sistemas de reciclagem. Como vimos na figura 7 deste módulo, o vidro (as garrafas, por exemplo), o papel, o cartão, o plástico, o metal/alumínio, são recolhidos de maneira específica e reciclados (refundidos e transformados em novos produtos). Há ainda um outro aspeto, que se verifica nas



sociedades onde domina o setor agrícola, que diz respeito ao facto de os lixos serem, sobretudo, de origem vegetal (biologicamente degradáveis) e os não vegetais (não degradáveis) serem pouco abundantes.

Figura 23. Lixo numa rua em Díli. Além dos problemas de saúde que podem ser gerados, os lixos constituem um choque visual para os habitantes e para os turistas que, geralmente, vêm de cidades onde a recolha dos lixos é bem organizada e com sistemas de reciclagem.



Figura 24. Caixotes para triagem dos lixos em Díli. A iniciativa é recente e o processo de recolha e de reciclagem ainda tem de ser estabelecido.



As duas fotos © Christine Cabasset

2.1.5. Processos participativos/participação/consulta de todos os atores, incluindo as populações

Já vimos que o turismo envolve direta ou indiretamente um grande número de pessoas entre os alojamentos turísticos, os restaurantes, o fabrico e a venda dos produtos locais, como o artesanato, os transportes, a planificação do turismo, as animações, etc. A nível mundial, mais de 10% de todos os empregos estão diretamente ligados ao turismo.

Quando se fala de processos participativos, da participação ou da consulta de todos os atores, designamos novos processos de exercício da democracia local: esses processos também fazem parte do desenvolvimento sustentável, especialmente no âmbito da Agenda 21. Trata-se, aqui, da vontade dos governos e das administrações nacionais e



locais de envolver nos trabalhos ligados ao ordenamento do território e à sua evolução todos os atores: os habitantes, as pessoas que vêm trabalhar na região, as escolas, os profissionais dos setores públicos e privados, etc., nomeadamente, no debate de propostas ligadas ao planeamento. Por exemplo, no caso de projetos de desenvolvimento local ou de renovação de um bairro com infraestruturas e equipamentos turísticos (portos e marinas, hotéis e outros alojamentos, etc.) todos os atores podem ser reunidos para falar do projeto e da ligação entre a situação inicial, a situação da população residente, e a situação futura, os objetivos que se querem atingir, com a chegada de novas empresas e pessoas. O objetivo é informar as pessoas, consultá-las para recolher as suas opiniões, adaptar às condições locais o plano de evolução desejada. Por exemplo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste foi apresentado pelo Governo, em 2010, em todos os sub-distritos do país, em sessões abertas a todos. Em todas elas, as pessoas presentes fizeram muitos comentários sobre o plano e colocaram muitas questões. O Plano definitivo, lançado em 2011, integrou mudanças resultantes desses encontros com o público.

Falamos também de processos participativos especialmente no setor do turismo ético: os abusos e a rejeição do turismo de massas (ver o módulo 1) levaram a imaginar outras formas de turismo nos anos 1970-1980 e, com ainda maior dimensão, nos anos 1990. Este desenvolvimento deu lugar a uma expansão de iniciativas (estadias, circuitos, alojamentos e atividades incluídas, etc.) em muitos países do mundo, sobretudo em relação ao mundo rural e com uma terminologia diversificada: turismo ético, turismo justo, turismo solidário, turismo comunitário, ecoturismo, turismo responsável, etc. Estes programas assentam:

- Na participação da “comunidade local” em processos de decisão e de realização das ações, no sentido de uma governação coordenada e participativa;
- Na previsão e planificação das atividades e dos agentes envolvidos à escala de um território, mesmo que seja um micro-território;
- Na valorização da produção e do conhecimento locais (*matenek lokal*), pela construção dos equipamentos (materiais locais), objetos de decoração e refeições, por exemplo;



- E dão uma atenção privilegiada ao ambiente natural (proteção e gestão) e social.
- Os alojamentos são elaborados pelas ONG e comunidades ou pelo setor privado.

Figura 25. Bungalows num Ecolodge no Parque Nacional do Delta Siné Saloum (Senegal).



Figura 26. Turismo Ético, Tutuala (Timor-Leste).



Figura 27. Barry's Lodge, em Ataúro.



Figura 28. Restaurante Manucoco, em Ataúro.



Quatro fotos © Christine Cabasset



Para saber mais

Dar uma definição de cada um dos termos referidos é complexo, pois consoante o caso haverá que considerar várias vertentes: as práticas, os agentes e eventualmente os territórios. Por exemplo, o ecoturismo pode ser visto de duas perspetivas: como uma forma alternativa de viagem proposta, quer por viajantes, quer pelos visitados. Inclui-se neste segundo caso, um alojamento turístico, uma cidade, uma região ou até mesmo um país, como, por exemplo, a Costa Rica, que reivindica a imagem de destino ecoturístico. As diferentes formas de turismo referidas fazem parte de um processo de diversificação e/ou renovação das práticas turísticas no contexto da globalização. São reunidas sob a designação de “turismo alternativo” (alternativo em oposição ao turismo de massa), ou de “outro turismo” ou de “alter turismo”.

Além dos elementos que distinguem estas diferentes formas de turismo, emergem também características comuns que os agrupam em oposição ao “turismo de massa”, como por exemplo: o objetivo de minorar os efeitos negativos, sobretudo no meio ambiente, mas também nas vertentes culturais e humanas; de fazer beneficiar as populações e agentes económicos locais; de criar atividades baseadas em alojamentos de capacidade reduzida para acolhimento de grupos pequenos de turistas. Este “outro turismo” refere-se, de forma privilegiada, ao setor rural e a zonas afastadas dos grandes pólos urbanos e turísticos e, cada vez mais, num ambiente natural atraente como os parques naturais e as reservas protegidas.

2.1.6. Valorização dos produtos locais e produtos biológicos

Uma parte importante do desenvolvimento sustentável é constituída pelas políticas a favor do desenvolvimento rural, que envolvem especialmente os setores agrícola, da pesca e das florestas. No mundo, há cada vez mais gente que quer comer de maneira saudável, com produtos agrícolas de qualidade e, em especial, os biológicos (que

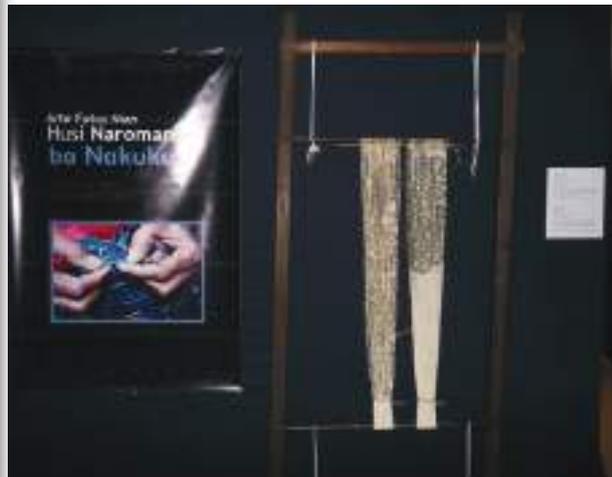


criaram sem produtos químicos). Em Timor-Leste, o café tem reputação de ser um dos melhores porque é biológico. Muitas outras produções agrícolas ainda são, ou deveriam ser, cultivadas segundo processos biológicos. O desenvolvimento rural também passa pelo reforço dos outros setores, como a produção e a venda de artesanato, ou ainda a organização local de atividades e serviços turísticos (alojamento, restaurantes, animações desportivas ou culturais, transportes, etc.). Dois elementos estão aqui envolvidos: o desenvolvimento ou reforço de atividades e a promoção dessas mesmas atividades para atrair turistas.



Figura 29. Mercado de Maubisse.

Figura 30. Exposição de tais organizada em 2009 na Casa Europa.



As duas fotos © Christine Cabasset

Figura 31. Campo de arroz, na região de Maliana. Além de ser uma fonte alimentar, os campos de arroz constituem uma paisagem atraente para os turistas.



© Joana Alves



2.1.7. Outros, incluindo a corrupção

O desenvolvimento sustentável envolve todos os setores da vida humana como vimos neste Módulo 5; por isso, é difícil enumerá-los todos. Para terminar este capítulo, queremos chamar a atenção para a corrupção.

Definição

“A corrupção será o resultado do comportamento por parte dos funcionários do setor público, quer se trate de políticos ou de funcionários, que estão a enriquecer-se ou aos seus familiares, de uma forma ilícita, através do abuso da autoridade pública que lhe é confiada” (segundo a ONG Transparency International).

Figura 32. Logo da CAC Timor-Leste



Comissão Anti-Corrupção | Komisaun Anti-Korrupsaun | Anti-Corruption Commission

Fonte: <http://cac.tl>

A corrupção é um mal frequente no mundo, também na Ásia-Pacífico, e abrange os mais variados setores da atividade económica, nomeadamente no setor do turismo.

Quais são as formas mais correntes da corrupção?

- Quando, no setor público como no setor privado, uma parte do orçamento destinado a obras, equipamentos, funcionamento, etc. é guardada para uma pessoa ou um grupo de pessoas para benefício pessoal;
- Quando, para ganhar um mercado público (estudos, obras, prestação), uma pessoa ou uma empresa dá uma percentagem às pessoas da administração central que encomenda o trabalho;



- Quando, para iniciar um negócio ou construir uma casa, ou ter acesso a um serviço público, ou obter um documento oficial (passaporte, licença comercial, licença para construir, etc.), tem que se dar dinheiro em troca, sem justificação ou comprovativo legal.

A luta contra a corrupção faz parte do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável porque, além do aspeto moral envolvido, a corrupção é um obstáculo à qualidade do serviço ou do equipamento: quando a corrupção é o seu objetivo principal, muitas vezes a qualidade declina, devido ao uso de maus materiais e de recursos humanos incapazes, gerando problemas de segurança nos edifícios ou outras infraestruturas, por terem sido mal feitos, ou gerando problemas com os fluxos financeiros, que muitas vezes acompanham outras atividades ilegais como a droga, as armas, o tráfico humano, o terrorismo. No caso do turismo, por exemplo, se a construção de um hotel ou de outra infraestrutura é baseada na corrupção ou no branqueamento de dinheiro, o hotel não pode pretender ser “limpo” e “sustentável”, mesmo que mostre esforços para gastar menos recursos naturais (água ou eletricidade): muitas vezes as condições da sua implementação inicial e da aquisição das autorizações legais de construção, de abertura, de negócio são tão obscuras que a própria localização é suspeita e, da perspetiva ambiental, pode ser um desastre. Paralelamente, a segurança das próprias pessoas está em causa porque, se uma parte do orçamento não foi utilizada nas obras ou nos serviços, a construção pode ser de pouca qualidade. Em alguns países vizinhos de Timor-Leste temos muitos exemplos de pontes, de estradas e de edifícios que não foram construídos com qualidade e que, um dia, caíram; também no setor dos transportes aéreos, marítimos e terrestres, nos países marcados por um alto nível de corrupção, a fraca qualidade pode provocar um número anormalmente elevado de acidentes mortais.

Exercício 3

Responda às seguintes questões:

1. Qual é a definição de turismo sustentável?
2. Baseando-se na figura 14 (tabela), cite 3 critérios de aplicação no turismo para



cada área de desenvolvimento sustentável (Management do desenvolvimento sustentável; Social/Económico; Herança cultural; Meio ambiente).

3. Baseando-se nas figuras incluídas na parte 2. Desenvolvimento sustentável e turismo, quais são os principais domínios do turismo sustentável e porquê?

2.2. Balanço entre o “ideal” e o melhor que pode ser realizado

Timor-Leste emite pouca poluição: não há indústrias de grande escala, a agricultura ainda usa poucos produtos químicos, o tráfico rodoviário ainda é limitado, etc. Procurando o desenvolvimento económico e o crescimento do número de empregos, o país quer desenvolver o turismo. Não é fácil preencher os numerosos critérios do desenvolvimento sustentável que vemos neste Módulo 5, mas os esforços feitos nessa direção são vias de progresso: planejar as atividades do turismo, cuidar das zonas litorais que são territórios atraentes, reforçar o setor agrícola, cuidar do desenvolvimento rural e da biodiversidade, assegurar o acesso a serviços básicos (entre os quais a água, a saúde e a educação), controlar o crescimento do tráfico rodoviário em Díli, trabalhar na questão das fontes de energia e da qualidade das águas marítimas e fluviais, etc., constituem alguns domínios de ação para Timor-Leste.

Exercício 4

Analise e faça propostas.

Com as informações que já dadas:

1. Analise a situação rodoviária em Díli e faça uma proposta para melhorar o tráfico no sentido do desenvolvimento numa cidade mais sustentável.
2. Escolha uma das regiões rurais de Timor-Leste e faça uma proposta relativa ao seu desenvolvimento sustentável.



Bibliografia

Livros

Cabasset-Semedo (Christine), 2012, “The Evolution of Tourist Resorts: Globalization and Tourism Planning in Bali”, in I Nyoman Darma Putra, I Gede Pitana (Eds), *Pemberdayaan dan Hiperdemo krasidalam Pembangunan Pariwisata*, Pustaka Larasan, Denpasar, pp.144-160.

Cabasset-Semedo (Christine), 2012, “ O turismo comunitário em Timor-Leste no contexto mundial e do sudeste asiático”, Ates da conferência internacional sobre o turismo comunitário, Díli/Timor-Leste, Agosto de 2009 (sous presse).

Cabasset-Semedo (Christine), 2009, “Thinking about tourism in Timor-Leste in the era of sustainable development. A tourism policy emerging from grassroots levels”, in Cabasset-Semedo C. and Durand F. (Eds), *East-Timor: How to build a new Nation in Southeast Ásia in the 21st Century?*, Bangkok/Thailande, IRASEC et CASE, pp. 213-232.

www.irasec.com/components/com_irasec/media/upload/OP09-East-Timor_Cabasset-Durand.pdf

Cabasset-Semedo (Christine), 2008, “La préservation de l’environnement au Timor-Leste. Le premier parc national, Nino Konis Santana”, in *Insularité et insularismes d’hier et d’aujourd’hui*, PUPS, Paris.

Carvalho do Amara (Demetrio) (Ed.), 2011, *Matenek lokal Timor Nian!*, Unesco, Jakarta, 112 p.

Cazes-Duvat (Virginie), Magnan (Alexandre), 2004, *L’île de Bird aux Seychelles: un exemple de développement durable?* Paris-Budapest-Turin, L’Harmattan, 238 p.

Dehoorne (Olivier) et Saffache (Pascal), 2008, *Le tourisme dans les îles et littoraux tropicaux et subtropicaux. Usages des lieux et enjeux de développement*, *Etudes Caribéennes* n° 9 et 10, Paris, Editions Publibook Université, 375 p.

Dehoorne (Olivier), 2006, «Les bulles touristiques en milieu tropical. Logiques et enjeux des enclaves touristiques dans les pays en développement», in Rieucan J. et Lageiste J., *L’empreinte du tourisme*, Paris, L’Harmattan, pp. 289-319.

Levy (Jean-Pierre) et Coutard (Olivier) (direction), 2010, *Ecologies urbaines*, Paris, Economica-anthropo, 371 p.



Lozato-Giotart (Jean-Pierre), 2006, *Le chemin vers l'écotourisme. Impacts et enjeux environnementaux du tourisme aujourd'hui*, Paris, Delachaux et Niestlé, 192 p.

Mc William (Andrew) 2003, New Beginnings in East Timorese Forest Management, in *Journal of Southeast Asian Studies*, 34 (2), pp. 307-327.

Mc William (Andrew) 2001, "Prospects for the sacred grove. Valuing *lulic* forests on Timor", in *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, 2(2), pp. 89-113.

Palmer (Lisa), Carvalho d. A. (Demetrio), 2007, "Nation building and resource management: The politics of «nature» in Timor-Leste", *geoforum*, doi : 10. 1016/j.geoforum. 2007.09.007, 12 p.

República Democrática de Timor-Leste, 2011, *Plano Estratégico de desenvolvimento 2011-2030*, 238 p.

UNDP/UNWTO, 2007, *Timor-Leste. Sustainable Tourism setor Development and Institutional Strengthening project*, January, 2 vol. 117 p. and 146 p.

UNWTO 2006, *Tourism and the least developed countries. A sustainable Opportunity to Reduce Poverty*, 8 p.

Entradas na Internet

Comissão Anti-Corrupção de Timor-Leste (Em Tetum, Português e Inglês): <http://cac.tl>

Ecolabel Européen (Certification) (Em Inglês): <http://ec.europa.eu/environment/ecolabel/>

Green Globe Certification (Em Inglês): www.greenglobe.com

Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável Rio + 20 (United Nations Conference on Sustainable Development) (Em Inglês): www.uncsd2012.org

Coral Triangle Center (em Inglês): www.coraltrianglecenter.org/en/page/coral-triangle

Transparency International (The Global coalition against corruption) (Em Inglês): <http://www.transparency.org/>

United Nations Program for Environment (Em Inglês, Francês ou Espanhol): www.unep.org

United Nations Framework on Climate Change (Em Inglês, Francês ou Espanhol): <http://unfccc.int/2860.php>

United Nations - Millennium Development Goals (Em Inglês, Francês ou Espanhol): www.un.org/millenniumgoals/

United Nations - Sustainable Development / Agenda 21 (Em Inglês, Francês ou Espanhol):



<http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/>

World Tourism Organization (Em Inglês, Francês ou Espanhol): www.unwto.org

World Tourism Organization - Facts & Figures (Em Inglês, Francês ou Espanhol): www.unwto.org/facts

World Tourism Organization - glossary (Em Inglês, Francês ou Espanhol): <http://media.unwto.org/en/content/understanding-tourism-basic-glossary>

Leis e Regulamentos ligados ao Turismo e meio ambiente a Timor-Leste

PUBLICAÇÃO DO ANEXO E REPUBLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 5/2011 de 9 de Fevereiro “Licenciamento Ambiental”, *Jornal da Republica*, 23 de Fevereiro de 2011.

GOVERNO: DECRETO-LEI N.º 5 /2011 de 9 de Fevereiro « Licenciamento Ambiental », *Jornal da Republica*, 9 de Fevereiro de 2011.

DIPLOMA MINISTÉRIAL MINISTERIO DA AGRICULTURA E PESCAS N.º: 430/ 11/DM/XI/10 « Emprendimentu Turismo Natural iha Zona Utilizasaun Areas Protegidas no Parque Nacional », *Jornal da Republica*, 12 de Janeiro de 2011.

DIPLOMA MINISTÉRIAL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCA N.º: 429/ 10 /DM/XI/10 « Admisaun Entrada Areas Protegidas no Parque Nacional », *Jornal da Republica*, 12 de Janeiro de 2011.

Diploma Ministerial MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, N.º 01 /2009 de 18 de Setembro « Procedimentos de Certificação da Origem do Café de Timor-Leste », *Jornal da Republica*, 23 de Setembro de 2009.

Resolução do Governo N.º8/2007 de 1 de Agosto, “Criação do Parque Nacional Nino Konis Santana”, *Jornal da Republica*, pp. 1805-1807.

